



UM ESTUDO SOBRE OS LIVROS II E VI DA *ÉTICA A NICÔMACO*

Palavras-Chave: [*Ética*], [*Virtudes Morais*], [*Prudência*]

Autores/as:

Vinícius Santana Cerqueira [UNICAMP]

Prof.º Dr.º Lucas Angioni (orientador/a) [UNICAMP]

INTRODUÇÃO:

Este trabalho é uma continuidade dos progressos obtidos em nossa última pesquisa de Iniciação Científica, cujo título era “Um estudo sobre os livros I e II da *Ética a Nicômaco*”. No presente trabalho, nossos objetos de estudo são os livros II e VI da *Ética a Nicômaco* (EN, doravante) de Aristóteles. Nosso foco consiste em atingir um mapeamento dos principais argumentos de Aristóteles envolvendo a definição de *virtude do caráter*, assim como explicitar sua relação com a noção de *phronesis* (“prudência” ou “sensatez”), que é desenvolvida principalmente em EN VI. Para evidenciar tal relação, nosso objetivo é mostrar qual é o papel da *phronesis* na realização de ações genuinamente virtuosas.

DESCRIÇÃO DA PESQUISA:

Em EN II, Aristóteles se dedica ao exame das virtudes, dividindo-as inicialmente em virtudes do *intelecto* e virtudes do *caráter*. Neste livro, Aristóteles investiga detalhadamente as virtudes do caráter, cujo crescimento se dá através do *hábito*; ou seja, é através da prática de ações virtuosas que um agente moral se torna virtuoso. Assim, procuramos defender uma interpretação segundo a qual somente agentes virtuosos são capazes de realizar ações genuinamente virtuosas, argumentando que os três requisitos elencados em II.4 sugerem que tais ações decorrem a partir da disposição virtuosa consolidada.

Para atingir nosso objetivo, analisamos a relação entre ser virtuoso e praticar ações virtuosas com base nos três requisitos de uma ação genuinamente virtuosa. Ao fazer isso, evidenciamos o papel da *phronesis* no cumprimento de um dos requisitos, argumentando que Aristóteles, ao afirmar que o conhecimento tem pouca importância no caso das virtudes, está se referindo a um

conhecimento de ordem mais geral¹. Por fim, mostramos como os três requisitos sugerem que é somente no término do processo de educação moral que o agente moral é capaz de realizar ações genuinamente virtuosas.

METODOLOGIA:

Por se tratar de uma pesquisa em História de Filosofia Antiga Ocidental, a metodologia utilizada consistiu em leitura e análise argumentativa de textos, tanto os de Aristóteles como de seus comentadores. A obra principal para a pesquisa é a *Ética a Nicômaco*, mas, para compor o horizonte conceitual da pesquisa, utilizamos outras obras de Aristóteles, como a *Ética a Eudemo*, *Retórica* e a *Política*. Nossos conhecimentos de Grego Clássico nos permitiram consultar o texto original da *EN* de Aristóteles, ao menos para elucidação da terminologia envolvida em trechos específicos.

RESULTADOS OBTIDOS:

Em II.1, Aristóteles distingue as (i) virtudes do intelecto das (ii) virtudes do caráter². Sabedoria filosófica e *phronesis* são exemplos de (i): crescem devido ao ensino. Já a temperança, coragem e justiça são exemplos de (ii): são adquiridas como resultado do *hábito*³. Adquirimos (ii) por meio da prática; ou seja, assim como ocorre nas artes, a prática é condição *necessária* para nos tornarmos virtuosos. Segundo Aristóteles, da mesma forma que aprendemos a tocar violão tocando violão, aprendemos a ser virtuosos realizando ações virtuosas⁴.

No entanto, o que significa dizer que “nos tornamos virtuosos realizando ações virtuosas”? Se alguém realiza ações virtuosas, não é porque ele já é virtuoso, isto é, possui a disposição da virtude consolidada? Respondendo tal questão, em II.4, Aristóteles argumenta que a mera prática de uma ação virtuosa não é suficiente para dizer que o agente a realizou *de modo virtuoso*. Para isso, é preciso que o agente moral satisfaça três requisitos. Segundo Aristóteles: “[...] primeiro, (1) ele [o agente moral] deve ter *conhecimento* (*eidós*); segundo, (2) ele deve *escolher* (*prohaimenon*) os atos, e escolhê-los por eles mesmos; e, terceiro, (3) sua ação deve proceder de um *firme e imutável* caráter (*bebaiós kai ametakinétos echon pratté*)”⁵. Ao satisfazer os três requisitos, o agente moral é

¹ Cf. *EN* 1105b1-3.

² “Virtude” (ou “excelência”) traduz *areté*, termo grego que, no vocabulário aristotélico, denota a capacidade de um sujeito S executar *bem* sua atividade própria. A noção de virtude emerge após o argumento do *ergon* (“trabalho” ou “atividade própria”) em I.7, por meio do qual Aristóteles conclui que a *eudaimonia* (“felicidade” ou “realização plena”) consiste na “atividade da alma [racional] com base na virtude; e se há mais de uma virtude, com base na melhor e mais completa” (*EN* 1098a15-17).

³ Cf. *EN* 1103a14-17.

⁴ Cf. *EN* 1103a31-1103b1.

⁵ *EN* 1105a31-34, grifo nosso.

virtuoso e é capaz de realizar ações genuinamente virtuosas⁶. Isso significa que, além da ação exibir as propriedades externas de uma ação virtuosa, ela é realizada pelos motivos corretos. Por exemplo, se um fulano ajuda uma senhora a atravessar a rua porque pensa que receberá uma recompensa em dinheiro após ajudá-la, sua ação não é genuinamente virtuosa. Com os três requisitos, Aristóteles quer assinalar que não é suficiente que o agente realize uma ação justa para ser justo, é preciso levar em consideração aspectos cognitivos e emocionais do agente para dizer se ele é justo.

Em seguida, Aristóteles afirma que, no caso das virtudes, o conhecimento tem pouca ou nenhuma importância, de modo que o requisito (1) não tem tanto peso⁷. Ora, parece razoável dizer que o agente deve saber o que está fazendo – i.e. ele está agindo voluntariamente e sem ignorância das circunstâncias envolvidas na ação – para caracterizar sua ação como justa ou corajosa. Por exemplo, suponhamos que um fulano tem como propósito⁸ (*prohairesis*) agir de maneira justa e faz uma doação para uma clínica de reabilitação, cujo dono é um político corrupto. No entanto, ele não procura saber a quem a clínica pertence. Nesse caso, parece razoável dizer que a ação do fulano não foi virtuosa, visto que ele não sabia, em certo sentido, o que estava fazendo, tendo contribuído indiretamente com a corrupção. Ora, como o conhecimento pode ter pouca importância para o desenvolvimento da virtude? Seguindo o mesmo exemplo, tal fulano sabe, genericamente, o que é justo, sendo que ele considera a ação de realizar doações para clínicas de reabilitação como uma ação justa. Contudo, ele falha em decidir qual ação deve ser levada a cabo porque não foi capaz de identificar os fatores relevantes para sua ação – a saber, procurar a quem a clínica pertence. Assim, o conhecimento genérico daquilo que é justo, por si só, não foi suficiente para o fulano decidir qual ação ele deveria realizar naquelas circunstâncias específicas. Por isso, ao dizer que o conhecimento tem pouca ou nenhuma importância no caso das virtudes, pensamos que Aristóteles se refere a um tipo de conhecimento genérico daquilo que é virtude.

Ainda assim, é fundamental que o agente saiba o que está fazendo, no sentido de que ele seja capaz de avaliar os fatores relevantes envolvidos no momento da ação, a fim de calcular qual é a ação que deve ser levada a cabo. Para isso, o agente deve reinterpretar e adaptar a norma geral ao plano particular da ação, sendo precisamente essa a função da *phronesis*. A *phronesis*, para Aristóteles, funciona como um “olho da alma”⁹, analisando quais são os fatores relevantes envolvidos no momento da ação para, assim, calcular qual ação preserva o propósito (*prohairesis*)

⁶ Ainda que Aristóteles não use a palavra “genuinamente”, chamamos de “genuinamente virtuosas” – assim como Spinelli em “A Prudência na *Ética Nicomaquéia* de Aristóteles”, p. 59 – aquelas ações nas quais os três requisitos elencados em II.4 são satisfeitos.

⁷ Cf. EN 1105b1-3.

⁸ Optamos por seguir a tradução de Angioni (2011, p.310), para quem o termo “propósito”, em vez da tradução tradicional como “escolha”, traduz *prohairesis*. A noção de *prohairesis* consiste em uma escolha de ação que orienta as ações que serão levadas a cabo regularmente, funcionando como um “alvo” a ser acertado pelo agente moral em cada ação realizada.

⁹ Cf. EN 1144a30.

inicial estabelecido pela virtude¹⁰. Pensamos que é justamente nesse sentido que Aristóteles diz que a *phronesis* é “realizadora da ação”¹¹ (*praktiké*), dado que a boa deliberação (*euboulia*) do agente depende essencialmente do trabalho realizado por ela. Se a *phronesis* falha no cálculo correto (*orthos logos*) dos fatores relevantes de uma dada circunstância, o agente falha em determinar qual ação preservará o seu propósito inicial. Por conseguinte, o conhecimento oriundo do trabalho da *phronesis* é essencial para que o agente moral não falhe na deliberação de qual ação deve ser feita.

O requisito (2), por sua vez, estabelece que o agente deve escolher (*prohaimenos*) a ação por ela mesma, e não por algo que se possa obter através dela. Isso significa que ele deve ser capaz de identificar qual ação é virtuosa e realizá-la tendo em vista o seu valor moral intrínseco. Nesse sentido, ele considera que a ação deve ser feita regularmente porque a julga como uma ação correta do ponto de vista moral, orientando o seu comportamento a partir dela. Por exemplo, um fulano milionário, ao fazer doações mensais para uma instituição de caridade, deve fazê-la não por causa da boa reputação que isso lhe causará, mas por reconhecer que essa é a ação justa a ser feita. Portanto, para realizar uma ação genuinamente virtuosa, o agente deve escolher a ação por ela mesma, reconhecendo o seu valor moral intrínseco.

O requisito (3) estabelece que a ação virtuosa deve decorrer de um “firme e imutável caráter”. Pensamos que este requisito é o mais rigoroso porque sugere que, para uma ação ser genuinamente virtuosa, ela precisaria decorrer a partir de um caráter virtuoso firme. Ora, o caráter virtuoso de um agente moral só se torna firme e imutável no final do processo de educação moral, quando seus desejos não entram em conflito com a ação que vai ser realizada. As emoções do agente devem estar em harmonia com a ação que será levada a cabo, de modo que ele não sinta pesar ao escolher uma ação virtuosa, não hesite em realizá-la e, mais que isso, *goste* de agir assim. Podemos notar que o agente moral consolidou a virtude, segundo Aristóteles, atentando-nos ao prazer que acompanha as ações. Segundo ele: “Nós devemos tomar como sinal de estados de caráter o prazer e a dor que acompanham as ações; o homem que se abstém dos prazeres corporais e se *compraz* nessa abstinência é temperante [...]”¹². Portanto, se o agente sente prazer ao realizar ações virtuosas, então ele já consolidou a disposição virtuosa.

Aristóteles definirá a virtude do caráter, em II.6, como “uma *disposição (hexis)* ligada à escolha (*prohairesis*), residindo na mediedade (*mesótes*) para nós, determinada pela razão e tal como o prudente (*phronimos*, aquele que possui *phronesis*) a determinaria”¹³. Nessa definição, Aristóteles retoma implicitamente a tese segundo a qual a prática é condição necessária para a

¹⁰ Cf. EN 1139a22-23, 1144a7-8, 1144a20-23.

¹¹ Cf. EN 1140b4, 1140b21, 1141b15.

¹² EN 1104b4-6, grifo nosso.

¹³ EN 1106b36-1107a2.

consolidação da virtude. Por isso, a virtude do caráter deve ser entendida como uma capacitação por meio da qual somos capazes de fazer as ações certas pelas razões corretas. Ao consolidar a virtude, o agente age *pela* virtude justamente porque seus atos são produzidos por ela. Portanto, o agente satisfaz os três requisitos elencados em II.4 somente no final do seu processo de educação moral, sendo capaz de realizar ações genuinamente virtuosas.

CONCLUSÕES:

Em nosso entendimento, o agente moral realiza uma ação genuinamente virtuosa se, e somente se, (i) *sabe* o que está fazendo, (ii) *escolhe* a ação por ela mesma, (iii) *gosta* de realizá-la e (iv) ela decorre de uma disposição virtuosa consolidada. No entanto, para deliberar a respeito de qual ação deve ser realizada, o agente precisa balancear o que é apropriado em cada circunstância, considerando os fatores relevantes envolvidos no momento da ação. Tal tarefa é de incumbência da *phronesis*, que, juntamente com a virtude do caráter, é realizadora da ação. Portanto, sustentamos uma interpretação segundo a qual somente agentes virtuosos podem realizar ações genuinamente virtuosas.

BIBLIOGRAFIA

I. Primária

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco, Livro VI*. Tradução: Lucas Angioni. *Dissertatio* [34], pp.285-300, 2011.

_____. *Nicomachean Ethics*. Tradução e notas de W.D. Ross e Lesley Brown. Oxford: Oxford University Press, 2009.

_____. *Nicomachean Ethics: Books II-IV*. Tradução e comentários de C.C.W. Taylor. Oxford: University Press (Clarendon Aristotle Series), 2007.

II. Secundária

ANGIONI, L. “Notas sobre a Definição de Virtude Moral em Aristóteles (EN 1106b 36- 1107a2)”. In: *Journal of Ancient Philosophy*, Vol. III, Issue 1, pp. 1-17. 2009.

_____. “*Phronesis* e Virtude do Caráter em Aristóteles: Comentários a *Ética a Nicômaco VI*”. In: *Dissertatio* [34], p.303-345. 2011.

BURNYEAT, M.F. “Aristotle on Learning to be Good.” In: *Essays on Aristotle’s Ethics*, Rorty, A. O. (ed.). University of California Press, California, pp.69-92,1980.

SPINELLI, P. *A Prudência na Ética Nicomaquéia de Aristóteles*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.